



Intervenção agroecológica na Escola Terezinha de Jesus Rocha no Distrito de Buenolândia

Adriane Martins Botelho¹ e Beatriz da Silva Santos²

¹ Tecnóloga em Gestão de Turismo pela Universidade Estadual de Goiás (U.E.G.), pós-graduada em Língua Portuguesa: Texto, discurso e ensino, bolsista do Projeto Agroecologia e Educação do Campo: Pesquisa, ação e reflexão a partir do território da cidadania Vale do Rio Vermelho no Gwatá Núcleo de agroecologia e Educação do Campo (U.E.G.). E-mail: drikagoias@hotmail.com; ² Graduada do Curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás (U.E.G.), bolsista do Projeto Agroecologia e Educação do Campo: Pesquisa, ação e reflexão a partir do território da cidadania Vale do Rio Vermelho no Gwatá Núcleo de agroecologia e Educação do Campo (U.E.G.). E-mail: bbiasantos14@hotmail.com

Resumo: O resumo aqui apresentado é resultante das atividades desenvolvidas na Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, entre os meses de abril a junho de 2016. Destaca-se que as atividades estão diretamente ligadas ao Projeto: Agroecologia e Educação do Campo: Pesquisa, Ação e Reflexão a partir do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho, chamada MPA/CNPq - N° 39/2014. O projeto tem como objetivo geral promover núcleo interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, consolidando espaço de diálogo/formação e desenvolvendo experiências práticas de agroecologia entre a universidade, escolas do campo, instituições de extensão rural/assistência técnica e as entidades representativas da agricultura familiar camponesa, buscando o fortalecimento das políticas públicas para o campo no âmbito do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho.

Palavras-chave: Agroecologia; Educação do Campo; Agricultura Familiar; Políticas Públicas.

1. Introdução

O Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho abrange uma área de 12.040,50 Km² e é composto por 16 municípios, entre eles está o município de Goiás, que se destaca a respeito de questões relacionadas à democratização da posse da terra. Nas últimas décadas foram criados 23 Projetos de Assentamento Rural, abrigando mais de 700 famílias, o município se consolida, portanto, como o município com o maior número de assentamentos do Estado de Goiás. A partir desse histórico



de luta e busca pela soberania alimentar da população o município de Goiás se sobressai na discussão, fortalecimento e valorização da agricultura familiar camponesa, apesar das intensas atividades em prol do equilíbrio do ecossistema; 49% do município é composto por pastagens plantadas, 24% lavouras permanentes, 2% por lavouras temporárias, portanto 75% do município está destinado à criação de gado leiteiro, corte e a agricultura (IBGE, 2016), o que demonstra o tamanho do desafio que nós encontramos.

A população total do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho é de 156.393 habitantes, dos quais 33.059 vivem na área rural, o que corresponde a 21,14% do total. Totalizando 7.287 agricultores familiares e 1.080 famílias assentadas. Uma das principais bases da economia do território é a agropecuária, tendo como carro chefe a bovinocultura de leite e corte, contudo é preocupante a relativa expansão da produção de *commodities* como soja, cana-de-açúcar, milho e eucalipto; os setores de serviços e também industrial tem um significativo papel para com a economia do mesmo.

Este Projeto tem como objetivo geral promover núcleo interdisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, consolidando espaço de diálogo/formação e desenvolvendo experiências práticas de agroecologia entre a universidade, escolas do campo, instituições de extensão rural/assistência técnica e as entidades representativas da agricultura familiar camponesa, buscando o fortalecimento das políticas públicas para o campo no âmbito do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho. O projeto definiu que os núcleos de diálogos/formação seriam desenvolvidos em Escolas do Campo com bases agroecológicas para o fortalecimento das bases da agricultura familiar camponesa no município.

O objetivo do núcleo para com as atividades na escola, relacionada ao Projeto: Agroecologia e Educação do Campo: Pesquisa, Ação e Reflexão a partir do Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho, é conseguir cada vez mais o envolvimento da comunidade com a escolar, fazendo com que ela sinta-se pertencente da mesma e com isso ela forme sujeitos que lutem por uma causa comum, que reconheçam e valorizem a importância de uma real Educação do Campo, contextualizada com a realidade da comunidade, que se consolide e transforme em um núcleo disseminador de saberes e fazeres, que respeite as culturas locais e que dê voz àqueles que são oprimidos. Que consiga construir uma relação diferente para com os estudantes, corpo docente e demais funcionários. Buscando em sua



totalidade “quebrar aquela dormência” da capacidade crítica/reflexiva em relação ao mundo, as práticas convencionais agrícolas, aos impactos do uso de agrotóxicos, a importância e necessidade de resgatar e estabelecer saberes seculares, levados ao esquecimento, a substituição, deflagrados como atrasados, com incapazes, patenteados, expropriados, capitalizados, transformados em mercadoria, com simples foco no lucro imediato.

2. Histórico

O objetivo principal do Projeto é chamar a atenção, sobre a potencialidade e a importância política, ética e formativa de avançar na aproximação entre escolas do campo e agroecologia. Entendemos que a construção de relações orgânicas entre escolas e processos de produção agrícola fundamentados na agroecologia integra o desafio da Educação do Campo de firmar práticas educativas avançadas, vinculadas à vida e à complexidade de suas questões, além de contribuir no combate ao agronegócio e à lógica social destrutiva de que ele é parte. A relação das escolas do campo com a agroecologia é hoje necessária e possível, e em todas as escolas, cada qual em suas circunstâncias. Ela já está sendo construída, mas não está dada e nem é simples. É uma relação que se coloca no bojo de um projeto de transformação da agricultura, assim como da educação e da escola, a favor dos interesses sociais e humanos da maioria das pessoas, da humanidade.

No plano da práxis pedagógica, a Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos. E sua contribuição original pode vir exatamente de ter de pensar estes vínculos a partir de uma realidade específica: a relação com a produção na especificidade da agricultura camponesa, da agroecologia; o trabalho coletivo, na forma de cooperação agrícola, em áreas de reforma agrária, na luta pela desconcentração das terras e contra o valor absoluto da propriedade privada e a desigualdade social que lhe corresponde. (CALDART et al (*orgs.*), 2012, p.263)



A partir destas ideias, faz sentido afirmar que a escola do campo pode contribuir para a formação de novas gerações de intelectuais orgânicos capazes de conduzir o protagonismo dos trabalhadores do campo em direção à consolidação de um processo social contra hegemônico. Mas esta afirmação se faz a partir do reconhecimento dos limites que a escola, ainda que transformada em seus aspectos principais, pode vir a ter nos processos maiores de transformação social.

Partindo dessa materialidade, a educação do campo, nos processos educativos escolares, busca cultivar um conjunto de princípios que devem orientar as práticas educativas que promovem com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar à formação para uma postura na vida, na comunidade e o desenvolvimento rural, compreendido este como espaço de vida dos sujeitos camponeses.

A partir das concepções sobre as possibilidades de atuação das instituições educativas na perspectiva contra hegemônica, além das funções tradicionalmente reservadas à escola, como a socialização das novas gerações e a transmissão de conhecimentos, a escola do campo, que forja esta identidade, pode ser uma das protagonistas na criação de condições que contribuam para a promoção do desenvolvimento das comunidades camponesas, desde que se promova no seu interior importantes transformações, tal como já vem ocorrendo em muitas escolas no território rural brasileiro, que contam com o protagonismo dos movimentos sociais na elaboração de seus projetos educativos e na sua forma de organizar o trabalho pedagógico (MOLINA et al, 2012, p.327).

Desde a antiguidade clássica, agricultores desenvolvem maneiras de lidar com insetos, plantas e outros seres vivos que se difundem nos cultivos, competindo pelo produto. Escritos de romano e gregos mencionavam o uso de produtos como o arsênico e o enxofre nos primórdios da agricultura. A partir do século XVI, registra-se o emprego de substâncias orgânicas, como a nicotina e piretros extraídos de plantas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Entretanto, há cerca de sessenta anos, o uso de agrotóxicos vem se difundindo intensamente na agricultura, e também no tratamento de madeiras, na construção e na manutenção de estradas, nos domicílios e até nas campanhas de saúde pública de combate à malária, doença de chagas, dengue etc. (RIGOTTO et al, 2012, p.86).

A agroecologia pode ser considerada uma construção recente; portanto, sua definição ainda não está consolidada. Constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) “que incorporam princípios agroecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização de agricultura” (Leff, 2002, p.42).



Nesta perspectiva o Projeto visa pesquisar e resgatar, no Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho, os saberes tradicionais da agricultura familiar camponesa (educativos, produtivos, ambientais, medicinais, etc.), em sua amplitude de significados simbólicos e relevância prática, buscando para isto a participação dos alunos e professores do ensino básico de escolas situadas no espaço rural do município de Goiás e Distritos, proporcionando espaços de reflexão e ação (oficinas, cursos, palestras, atividades práticas) sobre a agroecologia, executando práticas agroecológicas com implantação hortas e canteiros de plantas medicinais entre outros.

Produzir um Vídeo-Documentário pedagógico tendo como temática as práticas agroecológicas no sentido de ter material formativo que extrapole o período de duração do projeto; contribuindo a partir da pesquisa e da extensão, para o fortalecimento de ações agroecológicas já em desenvolvimento nas escolas do campo e nas comunidades de agricultores familiares camponeses ou seja produzir, compartilhadamente, conhecimentos científicos que visem a promoção e consolidação de um *território agroecológico*, valorizando o “fazer ciência” das comunidades tradicionais camponesas na área de abrangência do projeto.

O Distrito de Buenolândia ou “marco zero” foi fundado em 1726 pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva Filho, sendo o primeiro povoado do Estado de Goiás, chamado também de Arraial da Barra. A escola Municipal do Distrito de Buenolândia é uma das mais antigas do município de Goiás, foi iniciada em 1970 funcionando por muito tempo com o nome de Escola Municipal Buenolândia, tendo como única Professora Terezinha de Jesus Rocha, que posteriormente após sua morte deu o nome a Escola. A Escola foi inaugurada com o nome da Professora Terezinha em 1999 sob a lei de criação 010/99 de 30/05/99 iniciando suas atividades no ano letivo de 2001.

A Escola está situada a 32 Km da cidade de Goiás e atende a Educação Infantil e Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano, funcionando em período vespertino para melhor atender os alunos do setor rural que dependem de transporte escolar para chegarem à Escola. A transformação da pequena escola multisseriada em Escola de Ensino Fundamental se deu através de reivindicações dos moradores da região que a partir da segunda metade da década de 1980 teve sua geografia redesenhada



pela luta pela terra com a criação dos assentamentos, o que requereu das autoridades competentes a criação de novas unidades escolares nesta região.

Historicamente no campo a escolarização não era prioridade, mas com a conscientização dos sujeitos sociais foi possibilitado o alargamento desses horizontes. Assentados e pequenos proprietários se uniram e reivindicaram o direito à Escola além de buscarem melhoria na qualidade do ensino oferecido, essas reivindicações vieram de encontro com as políticas públicas que visavam inovar o conceito de acesso à Educação.

A comunidade onde situa-se a Escola é formada por homens e mulheres que submetidos a um modelo agrícola hegemônico que se revela cada dia mais socialmente excludente, ambientalmente insustentável e economicamente seletivo, impõem a necessidade de uma educação que dê conta da compreensão crítica dos mecanismos que produzem e sustentam, assim como das possibilidades dos sujeitos de produzirem mudanças nesta dinâmica.

A escola atende hoje **90** alunos da educação infantil e ensino fundamental vindos de sete assentamentos, pequenas propriedades rurais da região e somente 07 alunos (as) que moram dentro do Distrito, no entorno da Escola há o Encontro do Rio Vermelho e o Rio Bugre onde o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva explorava ouro.

Levamos à agroecologia para a escola de forma lúdica e prática, trabalhamos com as turmas do agrupamento IV e V e de 1º ao 5º ano, sendo multisseriadas as turmas do 2º e 3º ano e 4º e 5º ano, os alunos (as) fazem atividades práticas na horta que foi implantada para melhor explicar os conteúdos dados em sala de aula, e com a finalidade de proporcionar também um complemento na merenda, pois tudo que se planta é colhido e servido na hora. Trabalhamos temas transversais juntamente com o conteúdo aplicado no currículo escolar, damos ênfase à questão da alimentação saudável e a soberania alimentar, a importância das sementes crioulas e o uso do solo.

Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local (STEDILE et al, 2012, p.715).



Trabalhamos também com a formação dos Professores da Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, promovendo cursos com diversos temas como; História Crítica da Agricultura, Agroecologia e práticas pedagógicas, bases políticas, sócio econômicas e culturais. Com base nos diálogos estabelecidos nas reuniões semanais e respostas na escola, chegamos à conclusão que para trabalharmos o currículo agroecológico, é necessário um intenso trabalho de formação com os professores e demais funcionários da escola. Partindo desse princípio organizamos uma formação/curso para os professores, para ser desenvolvido nos dias de trabalho coletivo e outros eventuais dias.

É muito importante o diálogo com a comunidade escolar, temos estabelecido uma confiança e um crédito de que nossa intervenção é uma parceria que será estendida após o término do Projeto, pois o vínculo com a escola e a comunidade não pode ser quebrado, as respostas dos alunos (as), da escola e da comunidade tem sido positiva, estabelecemos também algumas formações com os pais dos alunos (as), porém com um grande desafio, eles (as) estão sempre ocupados com os afazeres diários em suas propriedades, a proposta é levar até as propriedades, os cursos de complementação, como o de adubação verde, recuperação de nascentes, entre outros.

3. Considerações finais

Temos vários desafios na aplicação do nosso projeto, um deles corresponde a infraestrutura da escola que é um pouco precária, típico de algumas escolas do campo, e também a questão do transporte escolar, que quando existe, está sempre quebrado ou não atende algumas linhas onde tem alunos(as) para irem à escola, outros levam alguns alunos (as) mais cedo, interrompendo as atividades propostas e fazendo com que estes alunos (as) percam mais de trinta minutos no final da aula pois o transporte tem que fazer duas viagens. Sem levar em consideração que tem aluno (a) que fica mais de duas horas dentro do transporte e chega à escola já cansado, pois é uma rotina diária.

Já avançamos bastante no que se diz respeito à levar a proposta agroecológica para a escola e a comunidade, é um desafio para nós do Projeto mas muito maior para as famílias dos alunos (as) fazerem a mudança do que está sendo usado há muito tempo em suas propriedades, para uma



alternativa de vida que é a agroecologia, porém não é impossível. Aachamos que com a conscientização dos alunos(as), professores e comunidade, esta alternativa pode chegar a um objetivo comum a busca da capacidade crítica/reflexiva em relação ao mundo, as práticas convencionais agrícolas, aos impactos do uso de agrotóxicos, a importância e necessidade de resgatar e estabelecer saberes seculares, levados ao esquecimento, a substituição, deflagrados como atrasados, com incapazes, patenteados, expropriados, capitalizados, transformados em mercadoria, com simples foco no lucro imediato.

Referências

CENSO, I. B. G. E. Disponível em: < [http://www. ibge. gov. br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006)>. Acesso em, v. 18, 2006.

CALDART, ROSELI SALETE, *Educação do Campo*. In CALDART, ROSELI SALETE. PEREIRA, ISABEL BRASIL; ALENTEJANO, PAULO; FRIGOTTO, GALDÊNCIO. Dicionário da Educação do Campo, 2012. p. 263.

GUBUR, DOMINIQUE MICHÈLE PERIOTO; TONÁ, NILCINEY. *Agroecologia*. In CALDART, ROSELI SALETE. PEREIRA, ISABEL BRASIL; ALENTEJANO, PAULO; FRIGOTTO, GALDÊNCIO. Dicionário da Educação do Campo, 2012. p. 57.

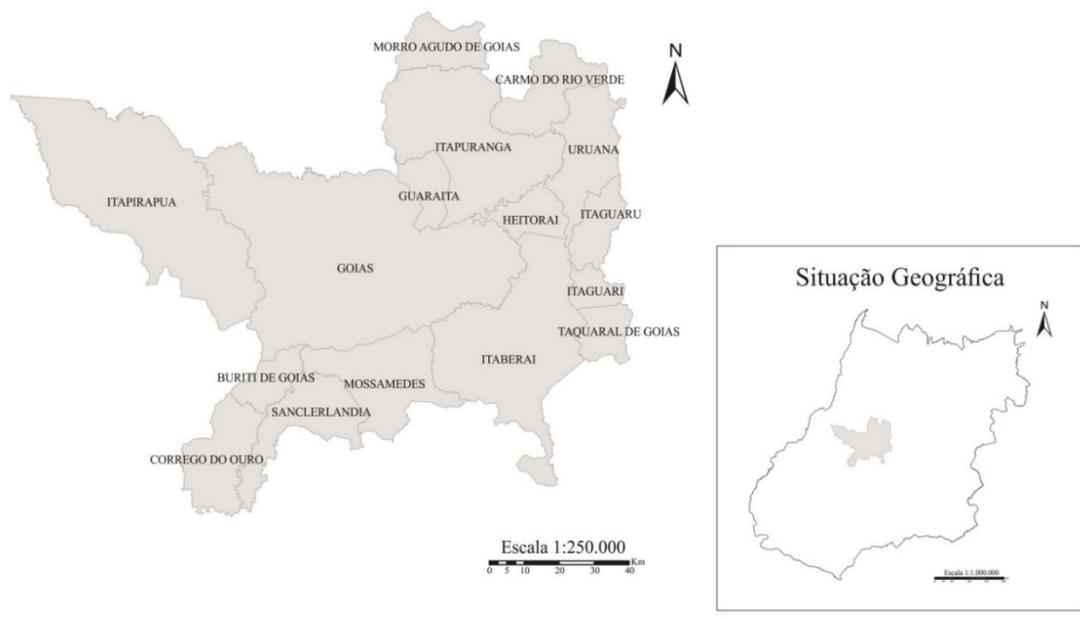
MOLINA, MÔNICA CASTAGNA; SÁ, LAIS MOURÃO. *Escola do Campo*. In CALDART, ROSELI SALETE. PEREIRA, ISABEL BRASIL; ALENTEJANO, PAULO; FRIGOTTO, GALDÊNCIO. Dicionário da Educação do Campo, 2012. p. 327.

RIGOTTO, RAQUEL MARIA; ROSA, ISLENE FERREIRA. *Agrotóxicos*. In CALDART, ROSELI SALETE. PEREIRA, ISABEL BRASIL; ALENTEJANO, PAULO; FRIGOTTO, GALDÊNCIO. Dicionário da Educação do Campo, 2012. p. 86.

STEDILE, JOÃO PEDRO; CARVALHO, HORACIO MARTINS DE. *Soberania Alimentar*. In CALDART, ROSELI SALETE. PEREIRA, ISABEL BRASIL; ALENTEJANO, PAULO; FRIGOTTO, GALDÊNCIO. Dicionário da Educação do Campo, 2012. p. 715.

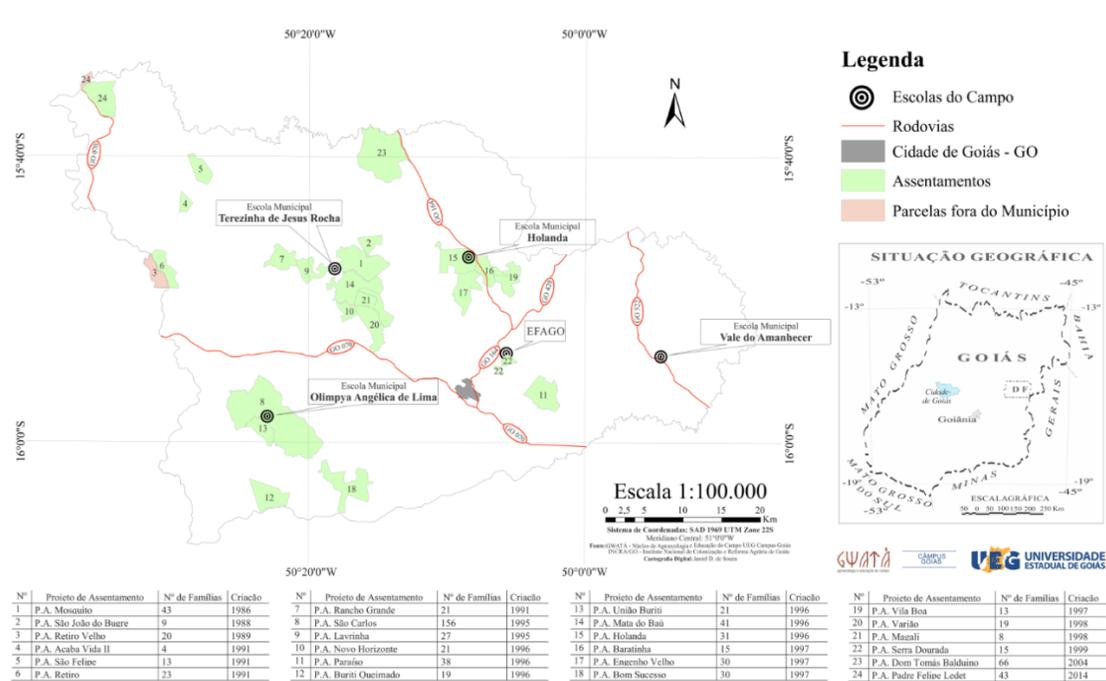


ANEXOS



Mapa 1: Território da Cidadania Vale do Rio Vermelho, 2016.

Fonte: GWATÁ - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo. Localização Município de Goiás/GO. Banco de dados interno. Escala 1:250.000.



Mapa 2: Assentamentos Rurais e Escolas do Campo - Município de Goiás/GO, 2016

Fonte: GWATÁ - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo. Localização Município de Goiás/GO. Banco de dados interno. Escala 1:100.000



Foto 3: Vídeo “João das Alfices” sala multisseriada 3º e 4º ano

Foto: Adriane Martins Botelho

Fonte: GWATÁ - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo. Localização Município de Goiás/GO. Banco de dados interno.



Foto 4: I Curso de Formação de Educadores em Agroecologia – Currículo e Agroecologia

Foto: Gleida Gutielle, Melo.

Fonte: GWATÁ - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo. Localização Município de Goiás/GO. Banco de dados interno.